

Utopias e distopias na comunicação: uma breve discussão sobre os modelos idealizados da comunicação

Carolina Dantas Figueiredo

Mestre em Sociologia e Doutoranda em Comunicação – PPGCOM/UFPE.
Recife – PE [Brasil]
caroldanfig@gmail.com

Neste artigo, propõe-se analisar dois paradigmas de comunicação, a totalitária e a democrática como tipos ideais. Tomamos a noção weberiana de tipo ideal para identificar tais paradigmas, avaliando-os dentro de uma perspectiva distópica ou utópica, de acordo com as suas representações mais recorrentes.

Palavras-chave: Comunicação democrática.
Comunicação totalitária. Tipo ideal.



1 Introdução

O acesso à comunicação é um dos fundamentos dos sistemas democráticos. Pressupõe-se, que, num regime de direito, legalmente constituído e ratificado pelo corpo social que o compõe, as informações devam fluir livremente, sendo tanto seu acesso quanto sua produção direito de todos os cidadãos. Bobbio define a democracia como “[...] o governo do poder público em público [...]” (BOBBIO, 2000, p. 98), o poder visível, implica fundamentalmente ao acesso à informação. Assim, a transparência em que o regime opera distingue a democracia das tiranias, nas quais o veto ao fluxo de comunicação permite que decisões sejam tomadas arbitrariamente e sem chances de participação popular. Para ilustrar seu conceito de democracia, Bobbio nos remete à democracia grega de Péricles, da *Ágora* e da *ecclesia*, em que, para deliberar e denunciar abusos do poder, os cidadãos se reuniam em locais públicos e defendiam seus direitos pelo voto direto. Para o autor, a *Ágora* representa justamente o acesso à informação que, nesse caso, circula pelo espaço público.

Strieder lembra que a corrupção ocorre às escondidas. Assim, identificar a corrupção no poder é o mesmo que perceber que falta transparência em sua forma de exercício. Em contrapartida, “[...] na mesma medida em que se conseguir inibir a corrupção, tornar o poder participativo e transparente, ele deixará de ser abusivo e totalitário [...]” (STRIEDER, 2004, p. 181). Elaborar sistemas efetivos de comunicação e permitir que operem é indício de maturidade democrática. Nos modelos democráticos ocidentais, a democracia se efetiva pelo regime eleitoral e na vigência de liberdades e direitos que permitem ao cidadão – dentro do contrato social previamente estabelecido – circular livremente por seu território, ter direitos políticos (eleger e ser eleito) e poder expressar suas idéias e pensamentos. Habermas (1997) reitera que é pressuposto das democracias plenas um ambiente comunicacional favorável. A questão é perceber se, nos regimes ditos democráticos, as informações circulam, garantindo, assim, a própria democracia.

Nas democracias ocidentais contemporâneas, os órgãos de comunicação estão inseridos na mesma lógica capitalista que faz circular os demais produtos e serviços. No modelo liberal os meios de comunicação competem por posições no mercado que, segundo Sartori (1994), levaria ao aumento da qualidade de informação transmitida ao público e ao controle mútuo dos veículos informativos.

Embora o autor acredite que a multiplicação de empresas de comunicação aumente a quantidade de informação disponível, isso não garante sua correção ou objetividade (SARTORI, 1994, p. 143). Por estarem submetidos à lógica do capital, os meios, muitas vezes, estão mais focados no atendimento a interesses próprios do que no cumprimento de seu compromisso com a democracia de fazer circular informações relevantes e confiáveis, que exponham questões relativas ao sistema político e aos governantes. Assim, a mídia ocupa papel essencial nesse processo, pois faz circular e legitima as informações, constituindo o que chamamos de “opinião pública”. Contudo, Habermas destaca que, em decorrência da distorção do papel da comunicação, servindo mais a interesses particulares do que a coletivos, nas democracias modernas, não é possível estabelecer a relação entre representação política e opinião pública de forma tão direta. O autor vê, nessa questão, um dos grandes paradoxos do sistema representativo, pois se, de um lado, a democracia é efetivada e legitimada por meio do voto fundamentado pelo direito de decidir dos sujeitos, de outro, a participação popular não é direta, uma vez que a opinião pública acaba sendo manipulável (HABERMAS, 1997, p. 410).

É relevante para nossa análise, a percepção da comunicação como direito humano fundamental, que é constituído de todos os direitos básicos necessários para que os indivíduos vivam de forma tranqüila e plena. Tais direitos são universais e inerentes à própria condição humana. Na Declaração Universal dos Direitos Humanos, assinada em 10 de dezembro de 1948 pela Assembléia Geral das Nações Unidas, ainda sob o choque da Segunda Guerra que mostrara o potencial da humanidade em se autodestruir, em seu artigo 19 aparece, em linhas gerais, a definição do direito à informação, segundo o texto:

Todo homem tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e idéias por quaisquer meios, independentemente de fronteiras. (ONU, 1948).

Nessa perspectiva, para que tal direito se efetive, os sujeitos devem estar inseridos em um sistema que viabilize a liberdade de expressão, preferencialmente por meio de uma mídia livre e pluralista, que respeite tanto a factualidade e a natureza dos relatos que pretende divulgar quanto a diversidade

dos sujeitos que compõem o todo social, o que nos leva às dificuldades de realizar uma comunicação efetivamente democrática no regime capitalista. O impedimento de produzir, fazer circular e receber informações é quase tão necessário nas ditaduras quanto o uso da força bruta. Althusser trata dessa questão nos seguintes termos:

O papel do Aparelho repressivo de Estado consiste essencialmente, enquanto aparelho repressivo, em assegurar pela força (física ou não) as condições políticas da reprodução das relações de produção que são em última análise relações de exploração [...] o Aparelho de Estado assegura pela repressão [...] as condições políticas do exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado [...] (ALTHUSSER, 1987, p. 56).

Contudo, o autor afirma que

Qualquer Aparelho de Estado funciona, na verdade, concomitantemente pela violência e pela ideologia. O Estado funciona primariamente pela repressão e em seguida pela ideologia e os AIE funcionam secundariamente pela repressão, embora esta seja bastante atenuada, dissimulada e até simbólica [...] (ALTHUSSER, 1987, p. 47).

Daí, apreende-se que o Estado atua repressivamente por meio da comunicação, seja impedindo-a por meio da força bruta, seja controlando-a ideologicamente. Assim, nos regimes totalitários ela é controladora e limitante, servindo para manter o poder nas mãos de ditadores e tiranos, enquanto, nos democráticos, deve ser ampla e irrestrita, permitindo que as informações sejam distribuídas em um determinado corpo social e garantindo a representatividade política de seus membros, assim como a observação constante daqueles que estão no poder.

2 Dois tipos ideais de comunicação: democracia e totalitarismo

De acordo com as características mencionadas, podemos delimitar os tipos de comunicação democrática ou totalitária e suas implicações. Contudo, nenhum dos dois modelos apresentados corresponde totalmente às realidades históricas e, por isso mesmo, estão sendo aqui tratados como representações. Na prática esses modelos têm características

híbridas e multifacetadas. Assim como na comunicação totalitária é possível encontrar brechas, ainda que antioficiais, para a manifestação dos sujeitos, existe na comunicação, dita democrática, certa forma de controle, embora sutil. A esse respeito, Althusser afirma que a democracia é uma fachada para as classes dominantes exercerem seu poder hegemônico. Segundo ele, enquanto houver o estado de classe, a democracia política exercerá, para manter o *status quo* vigente, uma “sutil dominação cotidiana”, que Lenin chamou, depois de Marx, de “a ditadura da burguesia” (ALTHUSSER, 1987, p. 35). Trata-se naturalmente de uma visão bastante radical a nos lembrar, porém que, mesmo na democracia, existe uma espécie de controle ditatorial em certa medida, assim como num regime total há os germens da democracia.

Uma possibilidade viável para o estudo da comunicação democrática e da totalitária é tomar essas categorias como tipos ideais. Tratamos aqui do conceito clássico de tipo ideal conforme proposto por Weber, que constitui o essencial da contribuição weberiana à metodologia das ciências sociais. Embora o termo tipo ideal se aplique a conceitos de estatutos muito diferentes¹, ele dá conta de categorizar seqüência ou momento de desenvolvimento histórico. Apesar de contemplar uma ampla gama de fenômenos, o conceito de tipo ideal se inclui numa noção “organicista” (LAZERTE, 1996) de sociedade, na qual o todo pode ser estudado por meio de suas manifestações mais evidentes. Assim a sociologia weberiana:

Constrói tipos ideais e procura descobrir as regras gerais do acontecer. A sociologia se constrói deste modo, das realidades da ação consideradas importantes a partir do ponto de vista da história e procura apreender mediante conceitos teóricos e adequados por seu sentido os fenômenos irracionais, desde que se utilize, para estabelecer casuísticas, dos tipos ideais (puros) [assim sendo:] O tipo ideal deve se basear na média, para que não se criem tipos ‘estranhos à realidade’, como feitos pela economia clássica (LAZERTE, 1996, p. 68).

Ressalte-se que o tipo ideal não existe na realidade, ele é um construto que comporta e serve para explicar teoricamente determinados sistemas sociais. Logo, tanto a comunicação democrática quanto a totalitária podem ser consideradas sistemas, na medida em que funcionam como fluxos de

atividades e relações humanas. O tipo ideal seria uma espécie de retrato desse fluxo, na qual são destacadas algumas características mais marcantes em detrimento de outras. O tipo ideal é, para Weber, parte de seu projeto de fundação de uma ciência empírica da realidade (*wirklichkeitswissenschaft*), no qual se busca a neutralidade da produção científica. É uma “[...] forma de construção dos conceitos próprios das ciências da cultura humana [...]” (WEBER, 1991, p. 106). A teoria weberiana sublinha o trabalho constante que os pesquisadores em ciências sociais têm em categorizar seus objetos. A precisão de determinado conceito é posta de lado em razão do tipo de posicionamento mais geral que ele representa. Não existe forma única de individualismo, por exemplo, a Idade Média não foi exatamente a mesma no decorrer de quase um milênio; no entanto, utilizamos tais tipificações para nos referirmos aos objetos de forma mais ampla, unificados por traços comuns e reconhecíveis entre si. Trata-se de uma espécie de agrupamento “intuitivo” que permite o estudo dos objetos por meio de suas características empiricamente apreensíveis. Diante desse caráter empírico, o tipo ideal não é o ponto de partida da análise de determinado objeto, mas sua conceituação final, que só aparece por meio da observação de suas características. Assim construídos e utilizados, os tipos ideais têm “[...] um elevado valor heurístico para a investigação, e um enorme valor sistemático para a exposição [...]” (WEBER, 1991, p. 113).

Quando tratamos de um modelo democrático ou totalitário de comunicação, estamos nos referindo diretamente a tipos ideais. Quando se afirma categoricamente que a comunicação ocidental contemporânea é democrática, diz-se, na realidade, que “aquilo que percebo como comunicação ocidental contemporânea tem características predominantemente democráticas”, ou seja, a democracia é o que se percebe, naquele momento, de determinado sistema. O mesmo é válido para a comunicação totalitária. Ambas as denominações são apenas conceituais, ou seja, em um sistema denominado democrático, pode haver características que se assemelhem às do modelo totalitário, ou vice-versa. Todavia, a simples oposição entre tais tipos esconde um caráter fortemente ideológico: toma-se partido ou de um modelo de comunicação, ou de outro, pois, ao serem observados como tipos ideais, seus antagonismos são evidenciados. Assim, é possível afirmar que os modelos democrático e totalitário de comunicação correspondem a tipos ideais que, por se situarem em opostos extremos, personificam respectivamente uma comunicação utópica e uma

distópica, ou seja, um modelo “perfeito”, que contribui com a democracia e com os direitos do homem, ou um “imperfeito” em que a comunicação, ou sua ausência, contribui para aprisionar os indivíduos nas tiranias.

3 Utopias, distopias e os tipos ideais de comunicação

É possível concluir que os tipos de comunicação democrática e totalitária nascem dos anseios e temores da própria sociedade, ou mais especificamente daqueles setores que lidam diretamente com a comunicação. A visão democrática pressupõe que, passada a Guerra Fria e, com ela, desfeita a União Soviética – último baluarte não-democrático do ocidente –, a comunicação caminha – num processo acelerado com o advento da internet – para integrar os povos e fortalecer a democracia não apenas localmente, mas também globalmente, por permitir que as “verdades” sobre os fatos circulem e por viabilizar a expressão de pensamento, assim como o livre debate. Em contrapartida, pelo menos no ocidente, a comunicação totalitária aparece como um fantasma do que foram os regimes nazista e fascista, o populismo e as ditaduras sul-americanas, regimes de exceção, trazendo a discussão para a contemporaneidade, sombra de países distantes como a China, ou obscuros como as ditaduras africanas ou árabes. Trata-se, numa visão darwinista das civilizações humanas, de pressupor que a tendência é caminhar para um futuro em que “liberdade, igualdade e fraternidade” serão, de fato, praticadas, e as diferenças deixarão de existir, tendo a comunicação parte gloriosa nesse processo por mediar as relações humanas em todos os níveis. Acredita-se que o totalitarismo e a tirania sejam males que não ameaçam mais o mundo ocidental, embora subsistam, de forma residual, em regimes não evoluídos ou ultrapassados, o que corresponde a uma visão ainda colonialista, na qual se crê que certas localidades (América do Norte e Europa Ocidental) sejam mais evoluídas que o restante do mundo (países subdesenvolvidos e em desenvolvimento). Esse antagonismo começa a se tornar menos nítido, na medida em que o “capitalismo” da China se amplia, por exemplo. Assim, enquanto o país é criticado pelas agências humanitárias e por seus aspectos ditatoriais, é festejado por seu desenvolvimento e por ter se tornado, em duas décadas, um dos motores da economia mundial.

A questão apresentada é que os tipos ideais de comunicação são apenas tipos e, por isso, não

se devem tornar libelos desse ou daquele grupo. Quando tratamos de democracia, que democracia contemplamos de fato? Quando pensamos no sistema chinês, estamos refletindo sobre a China de Mao Tse-Tung, a China contemporânea, ou a que alguns autores denominam de *chinese democracy* (NATHAN, 1986). Trata-se de generalizar determinadas características sob tais termos, como se viu na noção de tipos ideais de Weber, e, mesmo por meio de pontos de vistas particulares e ideológicos, fantasiar sobre elas. Em razão dessa possibilidade de “fantasiar” sobre determinadas características dos tipos ideais, tomamos da literatura os conceitos de utopia e distopia para complementar nossa classificação dos modelos de comunicação descritos. Etimologicamente, utopia significa não-lugar; por meio desse termo, denominamos as sociedades harmônicas e estáveis, em que a felicidade e a paz de seus membros são perenes. Na construção imaginária das sociedades utópicas, desejos e fantasias se fundem, e há um equilíbrio entre os homens e o mundo que os cerca, que prescinde de qualquer contexto histórico. Assim, a utopia, além de se situar num não-lugar, é a-histórica. Na literatura utópica clássica, isso significa que ela acontece tanto no passado quanto num futuro distante, ambos escolhidos como uma espécie de “fuga” do presente. No caso da comunicação utópica, sabemos que seu lugar não é o passado, porque os sistemas anteriores tendiam para o totalitarismo, nem um não-lugar no presente, uma vez que, embora democrática, a comunicação atual caminha em direção da perfeição utópica; mas no futuro, quando todos os cidadãos tiverem acesso à informação, como se a evolução dos sistemas de comunicação fosse inexorável, e partindo da crença de que as práticas atuais poderão estabelecer parâmetros efetivos de democracia. Comum entre as utopias na literatura e as na comunicação é a aura de profilaxia, de limpeza e expurgo das ameaças para a humanidade que as envolve, como se fosse possível expurgar as práticas nocivas das sociedades. Pouco objetivo, o projeto utópico é ameaçado pelas singularidades dos sujeitos, que a vida social não é capaz de anular senão pelo uso da força bruta (o que é absolutamente antidemocrático).

Rousseau (1980), no seu livro *Do contrato social*, afirma que, para evitar a guerra de todos contra todos, os homens abdicam de alguns de seus direitos em prol de outros, o que não significa, em nenhuma hipótese, que os indivíduos em uma sociedade abdicuem de todos os seus direitos naturais. É justamente nessa questão que o enlevo utópico apresenta sua maior fragilidade: como efetivar a

democracia na comunicação, considerando que esta incorre em poder e que os homens se atêm aos seus interesses particulares? Ou como efetivá-la no capitalismo, considerando que o desejo de democratizar os meios e as informações está submetido à lógica do capital? Trata-se de questões imediatas que, às vezes, passam despercebidas diante da crença na democracia. A resposta para tais questões poderia ser simplesmente “por meio da tecnologia”. De fato, a tecnologia barata e acessível facilitaria a comunicação efetiva entre todos. Porém, a tecnologia, embora possa conduzir à democracia, também pode levar ao totalitarismo, na medida em que permite que se exerça maior controle sobre os sujeitos. O início do século XXI tem mostrado que, ao contrário do que se acreditava no começo do século anterior, a tecnologia não é capaz de solucionar os problemas da humanidade. No entanto, pode agravá-los, como exemplificado no uso da bomba atômica no fim da Segunda Guerra Mundial. Desse modo, a utopia tecnológica se apresenta como distopia: possibilidade de aniquilação da humanidade e do controle sobre elas. Conceitualmente, distopia é o contrário da utopia, é o pesadelo, a desarmonia, a desconstrução da vida em sociedade conforme a concebemos. É nela que a tensão constante na qual vivemos, da ameaça do homem sobre o homem, torna-se real. Nesse contexto, a liberdade é cerceada e, naturalmente, as diferentes formas de comunicação passam a ser absolutamente controladas ou proibidas. O plano da distopia parece ser realizável – tanto neste ponto quanto no das utopias –, na medida em que ela é pensada de acordo com os dados fornecidos pelo próprio real, sendo estes radicalizados. Enquanto as utopias da comunicação nunca se realizaram completamente no plano do real e, por isso, se projetam para o futuro, as distopias já ocorreram em diferentes formas e intensidades entre as décadas de 1930 e 1980. Da onde se originam duas implicações: a primeira é a crença dos que defendem a comunicação democrática de que a humanidade não é capaz de repetir os mesmos erros e retornar – considerando uma perspectiva evolucionista das civilizações – a um estágio anterior, ou seja, à época dos regimes totalitários. Parte-se do pressuposto de que os sistemas comunicacionais estão continuamente evoluindo, disseminando e criando raízes mais profundas no corpo social, o que serviria de blindagem contra quaisquer intentonas totalitárias; a segunda é mais pessimista, pois defende que o totalitarismo deve ser continuamente analisado. Embora não esteja na iminência de reaparecer, seu fantasma ronda a humanidade, justamente por ser o

desejo de poder uma característica inerente aos indivíduos. Não se trata de acreditar que as sociedades estão podres, ou que os homens são naturalmente maus ou, ainda, de partir da crença, fundamentada em Rousseau, de que o homem nasce bom, mas, sim, de perceber que, pelo menos diante do contexto atual, a utopia parece distante, e as crises, ao contrário, podem acontecer a qualquer momento diante da fragilidade das próprias instituições democráticas. Se a utopia descreve como o mundo deveria ser, a distopia nasce de uma espécie de pessimismo histórico. A utopia tem ainda a peculiaridade de apelar para a razão e para a moral do homem, libertando-o das trevas que o faziam cativo. Já a distopia questiona se é possível apelar para a razão e a moral e se coloca em posição defensiva diante de tal crença. Na dúvida, diriam os distópicos, é melhor preparar-se para rechaçar o totalitarismo do que se fiar ingenuamente na democracia. Esse ponto de vista leva a refletir sobre como o entusiasmo com o progresso cega os indivíduos das ameaças que esse mesmo progresso apresenta. Como Kumar realça:

A anti-utopia é formada pela utopia, alimenta-se dela como um parasita. Se a utopia é o original, a anti-utopia a cópia - só que, sempre colorida de preto. [...] Ela evocara o lado negro da espécie humana como o seu lado preponderante. Os homens são criaturas caídas e pecaminosas [...] (KUMAR, 1987, p. 110).

4 Da vigilância e seus motivos

A distopia trata, assim, da decadência e da falta de liberdade dos homens, no nosso caso, mais especificamente da falta de liberdade de comunicar. Não por acaso, em uma das mais célebres distopias literárias, *1984*, de George Orwell (2007), a comunicação, seja por impressos ou pela TV, é rigidamente controlada pelo Ministério da Verdade, enquanto os indivíduos o são, em tempo integral, por dispositivos com câmeras, as teletelas. A grande questão que se apresenta é que, de certa forma, o cenário previsto por Orwell se concretizou. A vigilância constante por câmeras já é uma realidade efetiva. Na Inglaterra, por exemplo, os cidadãos que vivem na capital chegam a ser registrados cerca de 200 vezes por dia em sistemas de vigilância do governo e de instituições privadas. Os atentados de 11 de setembro, nos EUA, abriram precedentes para que o Estado ampliasse seus sistemas de vigilância, e a

própria internet e os celulares, símbolos máximos da liberdade de comunicação na contemporaneidade, são passíveis de regulação. A segurança dos indivíduos serve de pretexto ao controle; de modo muito simplificado, abrimos mão diariamente do nosso direito à imagem – que é captada constantemente e sem que, pelo menos, estejamos conscientemente cientes disso – em troca da possibilidade de segurança. Permitimos o bloqueio a determinados *sites*, por exemplo, com o pretexto de preservar nossa família. Utilizamos voluntariamente equipamentos de *Global Positioning System* (GPS) em celulares e automóveis diante da necessidade de nos evadirmos numa situação de pânico, ou nos oferecemos para que nossas vidas sejam devassadas em *reality shows* (não por acaso o primeiro e mais famoso deles se chama *Big Brother*, numa alusão ao livro de Orwell) em troca de fama ou dinheiro. Temos de modo bastante simplificado que, em troca da segurança, os indivíduos estão dispostos a abrir mão de suas liberdades. A alienação e a supressão de liberdades são constantes nas distopias. Se conhecimento é poder, e se o poder deve pertencer a poucos, então o conhecimento deve também ficar restrito.

O futuro da comunicação desperta debates e reflexão sobre os rumos que as sociedades devem tomar. Nesse sentido, paradigmas utópicos e distópicos são criados ou resgatados, não por suas respectivas características de otimismo ou pessimismo, mas por sua capacidade de propor análises sobre a realidade. Assim, utopias e distopias acionam o imaginário sobre o futuro, com base em elementos do presente, de modo que tais fabulações funcionem como crítica e reflexão do momento atual. Embora a tendência utópica seja incontestável, a lembrança distópica das guerras mundiais e da Guerra Fria ainda é muito recente para que se descarte, de vez, a possibilidade de retorno de ameaças totalitárias. Sobre essa questão, é necessário avaliar em que medida esses sistemas políticos deixaram de fazer parte do mundo contemporâneo, se não efetivamente, pelo menos na forma de germen, contido em modelos de comportamento, propostas e articulações de determinados grupos. Mesmo a democracia sendo hegemônica no mundo ocidental, cabe-nos perguntar se ela, da forma como se pratica nesse ou naquele país, não apresenta resquícios ou brechas para o totalitarismo, ou se mesmo a mídia, em suas formas de posicionamento e produção de conteúdos informativos ou de entretenimento, não aponta para meios de controle coletivo dos indivíduos, como os *reality shows*, mencionados. Atomizados na con-

temporaneidade, os sujeitos encontram formas para se defender que acabam por permitir também o controle sobre si mesmos.

Não por acaso, evocamos as denominações “utopia” e “distopia” neste trabalho. Orwell, ao escrever *1984*, já previa uma radicalização das formas de controle em nome da defesa dos indivíduos, da guerra constante em nome da paz, do totalitarismo em nome de barbárie. Bradbury, em *Fahrenheit 451* (2000), e Huxley, em *Admirável mundo novo*, revelam-nos contextos semelhantes. No primeiro, a guerra é necessária para a manutenção do regime; no segundo, esse elemento só não aparece porque todos os conflitos bélicos já foram apaziguados pelo Estado Mundial.

5 Considerações finais

A questão que se apresenta é se, de fato, a comunicação vai, nesta primeira metade de século, conseguir-se estabelecer efetivamente como ferramenta de suporte dos regimes democráticos no mundo. Em contrapartida, boa parte dos argumentos apresentados pelos utopistas da comunicação está fundamentada em questões tecnológicas que se referem especialmente à acessibilidade e oferta das mídias em larga escala. Não se pode descartar a validade desse argumento, pois democracia e acesso à informação são absolutamente inseparáveis. Contudo, não se pode também imaginar que a questão tecnológica, por si só, seria capaz de ampliar as possibilidades e o alcance da democracia. Porém, Lucien Sfez, no seu *A saúde perfeita* (1996), lembra-nos que a tecnologia é apenas um instrumental que não traz características boas ou más, mas as recebe de seus usuários. É interessante ressaltar que a tecnologia é um elemento imprescindível nas distopias. Em *Retorno ao admirável mundo novo* (1957), Huxley já alertava para essa questão ao discutir a concentração de poder nas mãos de determinados grupos no capitalismo. O autor parte dessa constatação como ponto de partida para afirmar que

Vemos, pois, que a tecnologia moderna tem conduzido à concentração do poder econômico e político, e ao desenvolvimento de uma sociedade controlada (implacavelmente nos estados totalitários, polida e imperceptivelmente nas democracias) pelo Alto Negócio e pelo Alto Governo (HUXLEY, 1980, p. 51).

Trata-se, assim, de perceber se há, mesmo na democracia, um tipo de controle subliminar, invisível que, justamente por isso, permite aos indivíduos acreditar na sua plena liberdade. O autor lembra ainda a esse respeito que, assim como a tecnologia, a comunicação de massas não é boa nem má, mas é uma força que pode ser usada de acordo com os interesses de quem as controla. Para Huxley, nos jogos políticos, sejam eles na democracia ou no totalitarismo, conforme os conheceu, a comunicação é utilizada com uma só finalidade: atender a interesses político-econômicos de grupos específicos:

No leste totalitário há uma censura política, e os meios de comunicação com as massas são controlados pelo Estado. No Ocidente democrático há a censura econômica e os meios de comunicação com as massas são controlados pela ‘elite do Poder’ (HUXLEY, 1980, p. 51).

Huxley acreditava ainda que “os vendedores de política apelam apenas para a fraqueza dos eleitores, não para sua força potencial” (HUXLEY, 1980, p. 122), daí os jogos de manipulação por meio da comunicação de massas existentes em qualquer sistema econômico. Assim, independentemente do aumento do número de possibilidades de acesso aos meios de comunicação, não há um esforço político em desenvolver tal acesso, mas em manipulá-lo ou, como afirma Huxley, manipular suas fraquezas.

Retornamos à questão primordial deste texto: a comunicação caminha, numa linha evolutiva inexoravelmente para formas de democratização plenas? De fato, não teríamos nem temos condições de prever o futuro da comunicação, mas, conforme Sfez e Huxley enfatizam, a tecnologia não pode ser vista como panacéia geral para os males da humanidade. Embora teóricos como Pierre Lévy tratem de uma nova forma de democracia a partir da apropriação das tecnologias virtuais, nada garante que o potencial democrático dos espaços virtuais será efetivado. Soares nos lembra que

As transformações que têm ocorrido com a informatização dos meios de comunicação podem, certamente, ser consideradas uma verdadeira revolução. Tal caracterização se deve muito mais às inovações do aparato tecnológico do que às possíveis mudanças sociais que a perspectiva revolucionária poderia pressupor (SOARES, 1998, p. 200).

Essa afirmação chama atenção para o fato de que as interações realizadas no ciberespaço podem passar por processos de padronização. Assim, para que a perspectiva utópico-democrática da comunicação se efetive, é necessário que haja uma reflexão mais ampla sobre as relações mediadas pela tecnologia e os possíveis comportamentos individuais e de massa dela decorrentes. Trata-se, portanto, de abrir mão de uma perspectiva típico-ideal dos modelos de comunicação, que os opõe radicalmente, para perceber a fronteira, às vezes tênue, entre comunicação e totalitarismo e os riscos que as aproximações, e não os afastamentos entre elas, apresentam efetivamente para o amadurecimento da democracia no século XXI.

Utopia and dystopia in the communication: a brief discussion on the ideal communication models

In this article we purpose to analyze two communication paradigms, the totalitarian and the democratic ones as ideal types. We take the weberian notion of ideal type to identify these paradigms, evaluating them through dystopian or utopian perspective, according to its more common representations.

Key words: Democratic communication. Ideal type. Totalitarian communication.

Nota

- 1 Para Weber, eram tipos ideais manifestações históricas distintas, tais como: as categorias gerais como a troca; as configurações históricas singulares: feudalismo, capitalismo, cristianismo etc.; os modelos que dão conta da dinâmica de seqüências de desenvolvimento histórico (o marxismo particularmente); o complexo de representações que influenciam o comportamento empírico dos indivíduos, existência do Estado.

Referências

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. Lisboa: Presença, 1987.
- BOBBIO, N. *O futuro da democracia*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRADBURY, R. *Fahrenheit 451*. Rio de Janeiro: Globo, 2000.
- HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre faticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- HUXLEY, A. *Retorno ao admirável mundo novo*. Lisboa: Livros do Brasil, 1957.
- KUMAR, K. *Utopia and the Anti-Utopia in Modern Times*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- LAZERTE, R. *Max Weber: ciência e valores*. São Paulo: Cortez, 1996.
- NATHAN, A. J. *Chinese Democracy*. Califórnia: University Califórnia Press, 1986.
- ONU. *Declaração universal dos direitos humanos*. Organização das Nações Unidas, 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em: 16 nov. 2007.
- ORWELL, G. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2007.
- ROUSSEAU, J.-J. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Edições de Ouro, 1980.
- SARTORI, G. *A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1994.
- SFEZ, L. *A saúde perfeita*. São Paulo: Loyola, 1996.
- SOARES, D. *Revolução cibernética na comunicação e ilusão democrática*. *Ciberlegenda*, n. 1, 1998.
- STRIEDER, I. A transparência democrática. *Filosofia Unisinos*, v. 5, n. 9, jul./dez. 2004.
- WEBER, M. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1991.

recebido em 28 mar. 2008 / aprovado em 28 jun. 2008

Para referenciar este texto:

FIGUEIREDO, C. D. Utopias e distopias na comunicação: uma breve discussão sobre os modelos idealizados da comunicação. *Cenários da Comunicação*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 91-98, 2008.